

LUDICIDADE E INCLUSÃO: TRABALHANDO A COORDENAÇÃO MOTORA FINA

Wevellyn Amaro Corrêa ¹
Rayssa Lirio de Oliveira ²
Maria Geralda Oliver Rosa ³

INTRODUÇÃO

A Lei Brasileira de Inclusão (lei n.º 13.146 no dia 6 de julho de 2015) representa um marco significativo após mais de 12 anos de tramitação no Congresso Nacional, enfatizando a responsabilidade do Estado com a inclusão em todos os âmbitos sociais. O Artigo 1º desta legislação enfatiza a necessidade de garantir e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

O papel das políticas públicas de inclusão se torna cada vez mais essenciais para atender às demandas das pessoas com deficiência, uma vez que essas políticas asseguram seus direitos e estabelecem os deveres do Estado (CORRÊA, 2021). No entanto, apesar das leis promulgadas para garantir a inclusão, desafios notáveis persistem, o capacitismo é um dos obstáculos a serem superados. O capacitismo fundamenta-se na ideia errônea de que as pessoas com deficiência são menos capazes, o que pode prejudicar substancialmente seu desenvolvimento (MANTOAN, 2003).

Nessa perspectiva faz-se necessário que a escola se modernize e pense na diversificação do sujeito. O modelo de escola que quer igualar os sujeitos está defasado, e deve ser substituído por aquele que abraça as diferenças (CORRÊA, 2021). O ambiente educacional deve ser concebido como um espaço inclusivo, onde cada indivíduo é respeitado em sua singularidade e potencialidades.

O termo “inclusão” na lei 13.146 de 6 de julho de 2015, destaca que as pessoas com deficiências devem ser tratadas em condição de igualdade às demais, para garantir o seu direito de inclusão em diferentes âmbitos da sociedade. Neste projeto, o conceito de inclusão adotado está ligado à perspectiva da inserção das pessoas com necessidades educacionais especiais em

¹Graduanda do Curso Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES, wevellyn.correa@gmail.com;

² Graduanda do Curso Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES, rlirioliveira@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mrosa@ifes.edu.br

classe comum, a partir de mudanças e adaptações no contexto escolar (currículo, infraestrutura, material pedagógico, recursos, capacitação de docentes etc.).

A inclusão no espaço escolar requer o reconhecimento do outro e a convivência com as diferenças. Incluir os discentes com necessidades educacionais especiais, em um ambiente regular de ensino, significa garantir os direitos da aprendizagem, de modo a proporcionar o desenvolvimento das suas capacidades e habilidades (MANTOAN, 2003).

Visando essas premissas, este trabalho buscou elaborar um recurso de acessibilidade destinado a uma sala comum com pelo menos um aluno com a condição da Síndrome de Down. Segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o número de crianças as quais apresentam esta condição não é pequena, a cada 700 nascimentos que ocorrem no Brasil, uma criança nasce com a Síndrome de Down, e o número de pessoas com esta condição no país é de 300.000 pessoas (IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). A Síndrome de Down tem seu diagnóstico primeiramente por fenótipos observáveis, pois a pessoa que têm essa condição tem características visíveis, portanto, é a partir dessa observação que se dá início ao diagnóstico, e logo após, é feito o exame de Cariótipo para ter a confirmação (VERÍSSIMO, 2021).

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O recurso busca atender uma sala comum com um aluno com a Síndrome de Down, contribuindo assim para o desenvolvimento da coordenação motora fina e promovendo a integração através da ludicidade de todos os alunos da sala, em particular, o estudante com Síndrome de Down. Tendo em vista a faixa etária da sala, trabalhar a coordenação motora foi uma demanda da professora da turma, pois eles apresentam dificuldades, por se tratar da Educação Infantil, atendendo às competências: (EI01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas e (EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos. (BRASIL, 2017).

O público-alvo foi uma turma do Grupo 4 (G4) da UMEI PROF JURANDYR MATTOS GRIFFO, que fica localizado no bairro Soteco no Município de Vila Velha. O recurso didático “Traçando e Brincando”, é composto por cards plastificados sendo 26 letras do alfabeto, numerais de 0 a 9, 26 figuras as quais se relacionam com as letras, 10 figuras em formato de círculo as quais se relacionam com os numerais. Trata-se de um material de apoio ao professor

que busca contribuir significativamente com a prática da coordenação motora fina dos estudantes em processo de alfabetização.

A coordenação motora fina é a capacidade de usar de forma precisa os pequenos músculos localizados nas mãos, para movimentos delicados e específicos. É ela que permite manusear objetos e realizar atividades como as do recurso "Traçando e brincando", onde eles utilizarão para escrever, utilizando diferentes tipos de instrumentos riscantes (pincel de quadro, canetinha, materiais adaptados e outros).

Para confeccionar este recurso, serão necessárias 26 folhas A4, cada uma contendo uma letra do alfabeto em pontilhados, além de dez (10) folhas de A4, cada uma com um numeral de 0 a 9 em pontilhado para o traçado. Também serão requeridos, no mínimo, 26 cards com figuras correspondentes às letras do alfabeto, de A a Z, todos personalizados, impressos e plastificados para maior durabilidade.

Durante a fase de uso deste material, o Grupo 4 tem como objetivo principal o reconhecimento das letras do alfabeto e dos números de 0 a 9. O professor pode empregar o material "Traçando e Brincando" durante as aulas para apresentar letras e números aos alunos. Por exemplo, ao apresentar a letra "A" ou o numeral "1", o professor pode auxiliar os estudantes a desenvolverem suas habilidades motoras, permitindo que pratiquem o traçado seguindo a direção da escrita, de cima para baixo e da esquerda para a direita. Pincéis de quadro, canetinhas e materiais adaptados com esponjas e tintas podem ser usados como instrumentos para praticar a escrita. Além disso, o professor terá à disposição imagens que podem ser usadas para estabelecer relações entre as letras e quantidades correspondentes aos números.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram satisfatórios na aplicação do recurso, que atingiu o objetivo esperado de forma lúdica, despertando o interesse dos alunos da sala, especialmente do aluno com Síndrome de Down. Inicialmente, o recurso foi apresentado às crianças e ao aluno X, que possui Síndrome de Down. Após a apresentação, as crianças puderam manusear o material e começaram a identificar as figuras e associá-las às letras. O aluno X teve a mesma percepção dos outros alunos ao associar as figuras às letras. No início, ele olhava as figuras e as colocava próximas às letras.

Em seguida, ele teve a oportunidade de traçar as letras que identificou usando tinta guache e um pincel feito de garrafinha PET com uma bucha na ponta. O aluno ficou muito empolgado,

pois o recurso lúdico despertou seu interesse e vontade de continuar traçando as letras dessa forma. Constatou-se que o recurso tem o potencial de promover o desenvolvimento da coordenação motora fina, sendo a garrafinha PET mais fácil de segurar do que um pincel convencional, o que facilitou o manuseio. Todos os alunos tiveram a oportunidade de utilizar o recurso e demonstraram muito interesse em aprender as letras dessa maneira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola deve se modernizar ao abraçar a diversidade e substituir modelos igualitários por inclusivos, promovendo o convívio com diferenças para impulsionar o desenvolvimento. A criação e aplicação do recurso "Traçando e Brincando" considerou as necessidades da turma e o contexto da Educação Infantil, beneficiando o desenvolvimento motor e cognitivo de todos os alunos, especialmente aquele com Síndrome de Down. Isso valorizou suas particularidades e contribuiu para uma educação mais inclusiva e enriquecedora.

Palavras-chave: Inclusão; Recursos; Desenvolvimento

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília, DF: IBGE, 2010.

CORRÊA, Luiza. **A inclusão de pessoas com deficiência na educação**. NEXOS Políticas Públicas: São Paulo, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São. Paulo: Moderna, 2003. p. 13-20 e 27-34.

VERÍSSIMO, Thereza Cristina Rodrigues Abdalla. **Diagnóstico e classificação da Síndrome de Down**. In: UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Atenção à Pessoa com Deficiência I: transtornos do espectro do autismo, síndrome de Down, pessoa idosa com deficiência, pessoa amputada e órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. Atenção à Pessoa com Síndrome de Down. São Luís: UNA-SUS; UFMA, 2021.